

Da Europa Cruel à Europa dos Acordos Possíveis

Alfredo Margarido*

Qualquer reflexão consagrada à criação da União Europeia e seja qual for o número dos seus membros, deve começar pela manifestação simultânea de uma grande surpresa e de uma grande alegria: quando se consideram os primeiros quarenta e cinco anos da história europeia do século XX, o que encontramos exala o cheiro incómodo dos cadáveres não justificados, aos quais ninguém presta homenagem. Túmulos secos e áridos onde não eclode sequer o fantasma de uma flor. Lembro-me sempre do choque experimentado na Bretanha francesa com os monumentos aos mortos da primeira guerra mundial: os homens das famílias ceifados lentamente, os mais novos, depois os mais velhos, antes de voltar aos ainda mais novos. Tais monumentos revelavam uma certa Europa, amassada num sangue injustamente derramado e por isso mesmo condenado à esterilidade.

A nossa Europa, neste começo do século XXI, começou a ganhar a dureza do seu perfil nas duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Mas há diferenças fundamentais entre os dois períodos, pois o primeiro será o caracterizado pelas trincheiras, pela utilização dos canhões e das metralhadoras pesadas, mas também pelo recurso ao gás mostarda, assim como aos primeiros tanques e aos primeiros aviões

*Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

de combate. Milhões de homens morreram e sobretudo os combates multiplicaram os estropiados: os desenhos involuntariamente cruéis do expressionista alemão Otto Dix - que o nazismo incluiu entre os “artistas degenerados” – mostram a paisagem humana das cidades, ocupadas pelas próteses e pelas muletas.

Paisagem trágica esta, mas que não conseguiu travar a pulsão de morte que reinava na Europa após 1918, ou antes após Novembro de 1917. Os sistemas revolucionários derivam pouco a pouco para a exaltação dos grandes chefes políticos e criam a teoria do totalitarismo, multiplicando os instrumentos da repressão. É como se a acumulação dos mortos, muitos sem sepultura, exigisse que se mantivesse o ritmo de produção da violência, que recupera o modelo dos campos de concentração que já tinham sido brevemente utilizados nos Estados Unidos durante a guerra de Secessão, mas sobretudo na África do Sul durante a guerra entre os boers e os ingleses. São estes que banalizam tais instalações, prometidas a um destino inesquecível.

Os campos de concentração criados pelos nazis, herdaram uma das características existentes na África do Sul: são destinados a comunidades específicas, tal como os fornos crematórios, que liquidam primeiro os doentes mentais – requisitados aos hospitais e outras instalações psiquiátricas -, os ciganos, tendo-se depois alargado aos judeus, o que permitiu também proceder à liquidação de um grande número de militantes da esquerda, que tinham o mau sestro de possuir uma origem judia. Continua ainda a discutir-se o número de mortos provocados pela associação campos de concentração-fornos crematórios, tanto mais que centenas e centenas de deportados não suportaram a violência da viagem morrendo pelo caminho. Nunca o caminho de ferro tinha conhecido uma tal actividade e Arthur Miller denunciou nas suas Memórias o comportamento do

Estado-maior norte-americano que recusou bombardear o caminho de ferro que levava a Auschwitz, o que teria poupado a vida de milhares e milhares de judeus.

O choque provocado pela revelação do horror dos campos de concentração foi tal que muitos deportados foram obrigados a calar-se, para não perturbar com o seu testemunho o sono e os sonhos dos que não tendo sido capazes de se interessar pelo destino dos seus vizinhos, presos pelas autoridades policiais, recebiam de chofre a revelação do impossível. Foram necessários anos para que muitas dessas testemunhas ousassem contar o inenarrável: e ainda hoje alguns sobreviventes, chegados ao limite possível da existência, receiam ditar ou redigir esse testemunho do horror. A Europa de hoje começou a ser engendrada nos meandros da violência da repressão que, para surpresa humilhante dos militantes da esquerda, encontrou um terrível “pendant” no gulague soviético que o trânsfuga Kravechenko desvendou à Europa, mau grado as denúncias e acusações que lhe foram dirigidas por Louis Aragon – então e depois estalinista muito obstinado – e pelo jornal cultural *Les Lettres Françaises*, condenados por difamação pelos tribunais franceses.

É por todas essas razões que a refundação da Europa só pode fazer-se pondo em causa os pendores totalitários. A Europa vivera mergulhada num terrível paradoxo, pois multiplicara as revoluções para tornar exequível a democracia, mas estes esforços tinham sido desviados para criar um sistema de regimes totalitários, cujas capilaridades permitiram que a Europa se transformasse no continente da repressão, moral, política, religiosa ou económica. Nem se pode desgraçadamente afirmar que o regresso a uma paz atormentada permitiu que a democracia recuperasse os seus direitos: as forças vencedoras permitiram que os regimes

totalitários pudessem continuar sobre a sua protecção objectiva, e regimes como o franquismo e o salazarismo pudessem manter as técnicas e a prática da repressão até aos anos setenta do século XX. Mais revelador ainda: só a morte dos ditadores abriu as portas a mudanças há muito desejadas, mas objectivamente impedidas pelas nações europeias democráticas. É certo estarmos ainda no quadro paradoxal a que aludimos mais atrás, mas nem por isso a situação deixa de pôr em evidência uma certa moleza das democracias na defesa dos próprios princípios democráticos. Esta situação é tanto mais incómoda no plano teórico e no campo da história, quando a Europa for obrigada, ao abrirem-se as portas dos campos de extermínio, a dar-se conta do vero alcance da desumanização que caracterizou todos os regimes totalitários. Se é certo que se registam diferenças de grau consideráveis, devemos contudo reter o princípio fundamental destas práticas: a humilhação dos homens, como introdução necessária à sua destruição física.

Uma das lições que só tardiamente foi aprendida diz respeito à burocratização da tortura, situação que encontrou – como salienta Hannah Arendt – em Eichmann o seu melhor executante: um burocrata atento à tarefa de destruição que lhe foi confiada e levada a cabo até aos últimos dias do regime nazi alemão. A boa consciência de Eichmann, bom marido e excelente pai – como de resto todos os carrascos alemães ou soviéticos –, põe em evidência a importância da banalização das formas mais repressivas que forneceram o modelo que, pouco a pouco, invade os comportamentos dos responsáveis pela repressão nos países ainda democráticos. O melhor exemplo é hoje o campo de concentração em Guantanamo, onde uma democracia como a dos Estados Unidos da América utiliza métodos repressivos cujo parentesco com os nazis não necessita grandes análises. O que quer simplesmente dizer que as perversões inventadas

pelos homens acabam sempre por criar as condições máximas de reprodução.

É por essas razões que os países democráticos devem ser vigiados criticamente de maneira constante, para evitar risco de contaminação. A maneira como a Europa elaborou a teoria dos povos amaldiçoados, destinados à destruição violenta e até à erradicação total e definitiva já fora aplicada na história: a introdução ao capitalismo moderno, como salientam sobretudo os pensadores da esquerda, exigiu o sacrifício de milhões de homens, devorados por duas operações que funcionam de maneira paralela, embora com resultados dissemelhantes. O genocídio tornou-se, a partir dos primeiros anos do século XVI, uma das técnicas utilizadas pelos “descobridores” europeus, que não conseguiam integrar as populações índias americanas nos esquemas da dominação e da produção do lucro. A esta vasta operação de liquidação – muito visível na demografia dos índios que hoje ainda sobrevivem no Brasil – somou-se a transferência de milhões de africanos que alimentaram durante séculos o tráfico negreiro.

Deve dizer-se que a Europa ainda não esgotara as suas capacidades de ódio e de destruição, como prova a dominação colonial, que não hesita perante a possibilidade ou, pior, a necessidade de um bom morticínio. Os franceses mostraram-se exemplares nesse terreno, começando já em 1947 em Madagáscar onde as tropas coloniais francesas provocaram alguns – ainda hoje imprecisos – milhares de vítimas. Às exigências dos coloni-zados, que pretendiam recuperar a sua autonomia e a sua capacidade de auto-determinação, responderam os aparelhos políticos mobilizando as forças armadas para impor a paz dos cemitérios. Bastava atravessar o Mediterrâneo para mergulhar na efervescência provocada pelo colonialismo, uma variável do imperialismo, tal como o definem por vias e com instrumentos diferentes Lenine e Hannah Arendt.

Se Pierre Mendès-France conseguiu, à frente do governo francês, evitar um banho de sangue na Tunísia e em Marrocos, já o mesmo se não verificou na Cochinchina e na Argélia. O peso esmagador de mais de um milhão de colonos que consideravam a Argélia uma região francesa, levou à declaração das hostilidades em 1954: só em 1962, graças aos “Acordos de Évian”, foi possível instaurar a paz. Também na Cochinchina, ou antes no Vietname, se registou um duplo fracasso francês: o de Pierre Mendès-France, mas também o dos militares, derrotados em Dien Bien Phu, pelas forças do general Giap.

Não deixa de ser curioso verificar a miopia dos dirigentes políticos: as operações coloniais na Argélia revelaram já a partir de 1954, a profunda verdade de uma regra a observar nas guerras coloniais: os combatentes que se batem no seu território agem em função da sua história e dos seus mortos, que os julgam do além. Decididas a multiplicar mortos e cemitérios, as forças francesas não puderam compensar no terreno a derrota política. Os portugueses, atacados em Fevereiro de 1961 em Angola, responderam com o vocabulário ideológico e militar do século XIX. A sua derrota política permitiu a liquidação – ou a quase liquidação – das guerras coloniais, embora se registem ainda reminiscências de um passado infeliz, que conviria liquidar de maneira decisiva.

Se bem que as decisões mais surpreendentes tenham sido tomadas pelos governos norteamericanos, que quiseram liquidar os regimes comunistas no continente asiático, tanto na Coreia como sobretudo no Vietname. Trata-se do resultado de operações neo-colonialistas que procuravam assentar os alicerces do novo imperialismo. Também neste caso se verificou um terrível esquecimento: quem manda no seu território são os que mantêm relações mesmo se apenas simbólicas com os seus antepassados. Num artigo vibrante, no *Fígaro*, o

historiador francês Pierre Chaunu defendia uma teoria singular, mas que merece ser referida: a França seria o país mais nacionalista da Europa por ser aquele que contava mais mortos enterrados por metro quadrado. Infelizmente Chaunu não fornecia as razões e as peripécias internas deste cálculo, que contudo põe em evidência uma politização da paleontologia que – como já se fizera no século XIX – fornecia as justificações científicas das nações e dos Estados. O argumento de Pierre Chaunu integra-se no quadro dos valores da extrema-direita, pois os recém-chegados, os emigrantes não podem visitar os túmulos dos seus antepassados. Esta argumentação singular mantém laços constantes e íntimos com as teses da exacerbação dos direitos dos autóctones, o que não deixa de ser saboroso quando pensamos que a França conta hoje milhões de franceses que descendem dos emigrantes dos séculos XIX e XX.

Por isso me parece singular que a construção de Europa esteja em via de se organizar com manifesto desprezo pela teoria das nacionalidades, que provocou nos anos finais do século XIX e nos primeiros trinta anos do século XX, uma catadupa de publicações destinadas a permitir por um lado o desmantelamento dos impérios austro-húngaro, russo e otomano, e pelo outro a assegurar a afirmação da auto-determinação dos colonizados – o que implicava o desmembramento dos impérios coloniais inglês, francês ou português. Por sua vez, esta construção da Europa processa-se sem levar em linha de conta os particularismos religiosos, como se a afirmação do pensamento laico constituísse garantia de uma redução definitiva do religioso. Ora a Europa possui uma fronteira interna que separa as religiões provindas do latim daquelas que se apoiam no alfabeto cirílico; e esta questão aparentemente menor do registo linguístico, separa as religiões cristãs das religiões ortodoxas. Os alfabetos denunciam escolhas e regimes culturais.

Ou seja, a burocracia de Bruxelas manifesta uma perigosa tendência para simplificar as situações e as tarefas, opção que lhe permite fingir que desconhece a existência dos núcleos duros das nações, que engendram os nacionalismos. E uma vez aceite este princípio, eis que a UE põe de lado as situações conflituais mais incómodas. A construção de uma Europa assentando no reforço da autoridade dos Estados centralizadores, esquece voluntariamente que a Europa dos nossos dias deve regularizar um certo número de conflitos visíveis que salientam a dureza das cicatrizes históricas. Mais grave: alguns desses conflitos só podem manter-se na medida em que perdura o espírito imperialista. Nesse aspecto, os conflitos mais graves são aqueles que se apoiam na estrutura religiosa, como é o caso da Irlanda do Norte, onde se regista um conflito com as características mais arcaicas que se podia desejar, pois se trata de um conflito colonial-religioso: uma minoria anglicana, apoiada pelo governo anglicano de Londres, mantém o seu domínio, incluindo militar e policial, sobre a minoria católica. Esta operação assenta na vitória anglo-anglicana do século XVII – que deu o poder aos anglicanos. Até hoje a comunidade internacional e mais particularmente os parceiros europeus, ainda não reconheceram a necessidade de intervir, impondo à Inglaterra - um dos “grandes” Estados do grupo que pretende impor as suas regras aos “pequenos” europeus – a solução de um problema que está enquadrado na problemática mais ampla das “nacionalidades” e não pode nem deve ser escamoteado.

Todavia, o europeu convicto que sou há muitíssimos anos, não pode deixar de manifestar a sua profunda indignação perante uma guerra tão colonialista e por isso tão arcaica, que permitiu já que as forças inglesas de repressão – exército, polícias, governos e até juízes e tribunais – tenham participado na deformação dos acontecimentos,

tendo como objectivo único a liquidação, inclusive física dos “resistentes”. A formação de um exército da sombra, o IRA, sublinha a importância crucial da situação, tornada ainda mais singular pela prosperidade da República da Irlanda que fora vítima da dominação inglesa, a ponto de ter passado pela Grande Fome do século XIX, que não só matou milhões de irlandeses, que não foram assistidos pelos proprietários ingleses, nem pelo governo de Londres, mas determinou a emigração de milhões de irlandeses, sem os quais os Estados Unidos não seriam o país complexo que efectivamente são. Como pensar num filme “noir” norte-americano sem um sólido polícia irlandês?

A análise acurada destas situações parece-me cada vez mais indispensável na medida em que só podemos construir uma Europa comunitária se esta for capaz de começar por extirpar os cancros letais que a corroem. O facto de existir desde 1992 uma União Europeia (UE) que consegue desinteressar-se das sobrevivências coloniais do seu espaço, permite duvidar da sua coerência, tal como obriga a pôr em causa os seus suportes teóricos e ideológicos. O papel de árbitro que a UE pode pretender desempenhar não só no espaço estritamente europeu, mas no seu domínio da globalização, começa a perder aqui uma parte da sua credibilidade, ou, pior ainda, põe em evidência a falta de coerência do aparelho político que continua a construir-se, e que deixa já aparecer elementos que permitem desconfiar de uma entropia que pode impor a desconstrução.

O que mostra um dos defeitos estruturais destas operações que se organizam com manifesto desconhecimento da História, como se esta nova Europa não dependesse da antiga Europa. O mesmo se pode dizer da situação linguística da Bélgica, secularmente dividida em duas comunidades linguísticas, a francófona e a flamenga.

Esta situação depende da própria história da região e mais particularmente do país que não consegue encontrar uma plataforma de acordo, já que não bastam os sinais públicos bilingues para eliminar o contencioso existente. Se a Inglaterra quase conseguiu extirpar o irlandês, nenhum aparelho político conseguiu assegurar a hegemonia de uma das duas línguas que se chocam e se combatem. A situação não possui nem a gravidade nem a urgência da que se vive na Irlanda do Norte, mas nem por isso deixa de revelar a existência de um número muito vasto de velhos problemas históricos que a União Europeia, adoptando um comportamento hipócrita, pretende regularizar graças ao silêncio observado. A pergunta provocadora, a única que nos pode ajudar a penetrar de maneira profunda neste espaço político definido pelas línguas, é a de saber se esta Bélgica, tão brutalmente separada pelas duas línguas, tem razão de ser.

Estava-se, e está-se no direito de esperar que a Europa em via de criação não continue a avançar deixando atrás de si os casos problemáticos, esperando que eles se resolvam por simples inércia política. A história das nacionalidades europeias, que tanto marcou a história política e cultural da Europa, entre 1815 e 1917, mostra de maneira suficiente tratar-se dos problemas mais resistentes a soluções mais ou menos moles e mais ou menos improvisadas.

E se a UE não integrou na sua agenda política a necessidade de resolver o problema da Irlanda do Norte, semelhante decisão, mais tácita do que explícita, permite, compreender as profundas hesitações – que continuam – no que se refere à necessidade, todos os dias mais urgente, de encontrar as soluções indispensáveis à normalização das situações políticas, logo humanas, nos Balcãs. Como é possível que a União Europeia se não sinta pelo menos incomodada face à incerteza dos estatutos políticos destas nacionalidades, que deram

já origem a um adjectivo desvalorizante, a balcanização? Ora, precisamente, a UE está em via de aceitar uma nova balcanização dos Balcãs que são historicamente o lugar onde se inventou uma expressão tão agressiva como a “limpeza étnica” que possui parentes tais como a “guerra étnica”. Sem querer abordar a questão sempre polémica das condições em que se banalizaram os substantivos e os adjectivos provindos do grego *étnos*, introduzido nas ciências humanas em via de se codificar no século XIX, convém todavia saber que as “guerras étnicas” não se distinguem das guerras outras que, em termos absolutos, também são obrigatoriamente étnicas. Simplesmente o vocabulário proposto pelos analistas, pelos dirigentes políticos ou pelos próprios nacionalistas, reforça a marginalização dos conflitos, mortíferos, mas imparáveis e inqualificáveis.

A manutenção de situações eternamente provisórias, a incompreensão das opções registadas entre as nacionalidades que há séculos se organizaram nos Balcãs põe à prova a necessidade de definir os limites desse “direito de ingerência” que a UE não pode deixar de utilizar, pois só nessas condições poderá assegurar a normalização das escolhas sociais. A sombra projectada do Império otomano não facilita as tarefas, tornadas ainda mais complexas pela multiplicidade de opções religiosas, mesmo se amputadas da sua componente judaica que as forças alemãs acabaram por liquidar, seja localmente, seja recorrendo aos campos de exterminação do nazismo.

A verdade é registar-se uma grande incerteza nas escolhas políticas da UE, que só pode aceitar como regra o apoio aos Estados centralizados e centralizadores, repelindo do mesmo passo as esperanças e o projectos das nacionalidades, o que naturalmente tem consequências que começam a ser visíveis, na medida em que o próprio dos Estados ainda marcados pela teologia do poder – recebido

das mãos e da vontade de Deus, hoje substituído pelo voto, nova forma da divindade – apoiam o Estado legal, rejeitando ou agredindo até as reivindicações das nacionalidades. Encontramos já a situação na Irlanda, mas ela alarga-se não só à Bélgica, mas também a Chipre onde, aparentemente, se desenha a possibilidade de pôr enfim termo à divisão da ilha em duas partes, a grega e a turca, herança mal sã do velho Império otomano. Se a Jugoslávia pôde desempenhar um papel unificador, tal se fez na esteira da segunda guerra mundial contra o ocupante nazi, mas sobretudo no movimento que, após esta guerra feroz, permitia que os Balcãs encontrassem uma solução política própria, baseada na releitura do marxismo-leninismo pelo marechal Tito, que permitiu a eclosão de uma espécie política singular, o marxismo titista, que parecia poder fornecer um substituto eficaz ao comunismo estalinista de Moscovo. Apesar da sua capacidade de sedução, o “titismo” não conseguiu mobilizar militantes suficientes para organizar um Partido, mas abalou as estruturas da esquerda europeia, entre as quais a portuguesa (sobretudo através dos esforços teóricos e organizativos de Fernando Piteira Santos).

Pertencemos à Península Ibérica, lugar de choques históricos que multiplicaram as nações, pouco a pouco submetidas à dura lei centralizadora do poder castelhano, ao qual só conseguiram furtar-se os portugueses, embora geridos por Madrid de 1580 a 1640, o que custou ao aparelho político português as cidades e as fortalezas de África do Norte, que servem hoje de lugar de organização da emigração clandestina, onde as *pateras*, sobrecarregadas de “moriscos” naufragam constantemente, semeando cadáveres, vítimas do enrolamento a que se votou a Europa. O mais significativo reside contudo na manifestação da pujança de algumas das nacionalidades espanholas que o poder central procurou domesticar conce-

dendo-lhes autonomias deveras limitadas. Tal como, há pouco, se denunciou a guerra colonial-religiosa imposta à Irlanda do Norte pelo poder anglicano e centralizador de Londres, assim também parece indispensável referir a maneira como os governos centralizadores de Madrid procuram reforçar a hegemonia do Estado centrípeto, decidido a impedir as manifestações políticas originais. O antigo primeiro-ministro Aznar, fiel a uma visão primoriverista da “nação” castelhana, serviu-se da ETA e das condições políticas impostas pelas reacções políticas ao atentado muçulmano de Nova Iorque, para impor a este aparelho nacionalista uma clandestinidade cada vez mais agressiva.

A banalização do “terrorismo”, adjectivo agora utilizado para designar todas as escolhas e operações políticas provindas do Islão, ou aquelas que incomodam excessivamente as polícias ou os governos, introduziu na apreciação das nações e dos indivíduos algumas coordenadas inesperadas, mas que não cabem no espaço, mesmo se largo, desta reflexão. Mas não podemos deixar de reter os elementos que permitem desqualificar as teorias e os comportamentos de quantos rejeitam a hegemonia do Estado centralizador. Trata-se contudo de um debate que, não sem surpresa, interessa absolutamente os portugueses, pois se verifica, consequência do período pós-franquista que se viveu em Espanha, a revisão das autonomias. Ou seja, a nação democrática que é a Espanha – que contudo ainda não acertou as contas com os despautérios políticos de José Maria Aznar – não pode deixar de sentir o peso do sopro federalista que pouco a pouco se introduz na articulação política da Europa dos 25. As recentes eleições na Catalunha reforçaram a opção federalista catalã, que encontrou eco imediato entre os nacionalistas bascos, e estão destinadas a exercer uma pressão cada vez mais decidida e vigorosa sobre as opções das diferentes regiões autónomas que formam a Espanha de hoje.

Regista-se, até, um tímido mas obstinado regresso a uma Ibéria possível, na qual não poderia deixar de se integrar o nosso país.

Se quisermos limitar-nos a enunciar a questão das nacionalidades espanholas submetidas ao jugo político e financeiro de Madrid, devido à ideologia do Estado centralizador, verificamos que se rompeu enfim com a modéstia dos propósitos dos socialistas, procurando alargar as competências dos governos autónomos que, na verdade não dispunham, como ainda não dispõem, de grande margem de manobra. É da Europa que pode chegar a solução, o que implica uma revisão da teoria dos Estados e das nacionalidades. No quadro desta reflexão, queria apenas acrescentar aos casos já referidos – Irlanda do Norte, Bélgica, Chipre, Balcãs – aquele que devemos considerar como sendo o mais complexo, na medida em que envolve nacionalidades com uma longa história nacional, truncada pela imposição da história castelhana, apresentada como sendo a verdadeira história da Espanha. Tal como o romancista galego Camilo José Cela permitiu com o seu voto que a Academia Espanhola decidisse que a língua espanhola era um simples sinónimo da língua castelhana, assim também a Espanha dos nossos dias deve recusar os falsos ouropéis da autonomia concedida pelo poder madrileno, para impor as suas próprias soluções como está tentando fazer o recente governo eleito da Catalunha. Não se trata de um problema particular dos espanhóis, mas antes de uma situação que encontra outros paralelos na distribuição actual dos poderes políticos, herdeiros das construções ideológicas e pragmáticas que começaram a ser elaboradas no século XVI: a longa duração das escolhas e das formulações históricas da Europa, continuam a vir cada vez mais ao de cima, como acontece com o cangaço quando o vinho jovem começa a fermentar. O regresso da Europa ao Mediterrâneo, agora aberto, graças ao canal de Suez, às águas do Mar Vermelho e do Indico, não

pode deixar de suscitar revisões no que se refere às articulações nevrálgicas das populações, das suas línguas e das suas organizações políticas. O que inclui naturalmente a problemática das nacionalidades.

Criou-se a ilusão do cosmopolitismo da espécie, capaz de se habituar a qualquer tipo de habitat e por isso livre de movimentos, contrariamente à maior parte dos mamíferos, prisioneiros dos seus nichos ecológicos. Esta leitura da relação do homem com o quadro natural, com o sistema ecológico, parece pôr em causa a relação entre nacionalidade e território. Creio que não serão inúteis algumas leituras, começando pela reflexão que Alejo Carpentier consagra ao lugar ocupado no simbolismo nacional cubano pela ceiba (que faz parte da cobertura vegetal do meu bairro lisboeta, Belém). E que nos diz o magnífico ensaísta cubano? Pois que a ceiba indica a todos os cubanos a sua relação com a terra e com o território, e naturalmente com o país e as suas opções. Podia transpor esta observação para outras latitudes e pensar por exemplo na função simbólica ocupada pelas micaias na flora maputense. Uma escritora adoptou mesmo o pseudónimo de Vera Micaia, trazendo para a cena literária uma essência algo agreste, mas que também consubstanciava a relação entre os homens e as suas naturezas, não esquecendo nunca a carga subjectiva implicada na operação. Não se trata de uma simples operação destinada a assegurar a classificação das essências, mas sobretudo de uma maneira de pôr em evidência a subjectividade latente da terra, do território e da sua vegetação, cuja carga simbólica se impõe ao espectador, natural ou estrangeiro. Mas é ao natural, ao nativo, que tais essências confiam a plenitude do sentido.

Sirvo-me desta relação com o sistema ecológico para introduzir um dos problemas mais candentes da situação sócio-política europeia dos nossos dias, e que se refere ao trabalho e, também, à imigração.

Um dos debates mais apaixonados que invadiu todos os sectores da Europa diz respeito aos imigrantes, mesmo se estes não são homogéneos, havendo que distinguir entre aqueles que provêm do Sul, e os que se deslocam de Leste para Oeste. O primeiro elemento assenta no trabalho e este remete por sua vez para os regimes culturais e políticos. Há continentes que temos tendência a considerar em situação de catástrofe, como é o caso da quase totalidade da África, tanto a Norte como a Sul, onde paira a terrível ameaça da Sida, que se tornou uma epidemia que está em via de liquidar milhares e milhares de pessoas. O debate respeitante à implantação das indústrias e de actividades que fornecem trabalho e por isso recursos financeiros, salienta os vícios profundos do capitalismo: o primeiro diz respeito aos salários. O cálculo dos custos obriga a instalar as actividades de produção nos países ou nas regiões onde o trabalho é mais barato. O facto de existirem vastas regiões onde a oferta de trabalho é tão abundante como barata, implica uma modificação constante das instalações que asseguram a produção. O termo novo que marca o nosso tempo é a “deslocalização”, ou seja a operação que consiste em encerrar a actividade produtora numa região onde o trabalho se tornou mais caro, e instalá-la no país e no continente que oferecem a mão-de-obra mais barata.

A pergunta que se impõe imediatamente é a de saber se as muitas discussões atinentes à ética da produção suscitaram tanto entusiasmo como provocaram resultados. Está perante os europeus a utilização do trabalho infantil, que foi uma regra nas sociedades camponesas e artesanais até aos dias de hoje. Um provérbio português resume essa questão de maneira problemática: “trabalho de menino é pouco, quem não o aproveita é louco”. Tratar-se-á de uma simples sabedoria camponesa e arcaica, ou antes de uma descrição acurada das condições em que podem funcionar as sociedades

caracterizadas pela produção autárquica? Mais : não estaremos perante o desfasamento crescente entre o urbano, onde reina a escola, e o rural, onde se regista a autoridade do trabalho? Estamos certamente face a ritmos civilizacionais que não podem ser decididos por decretos ou por leis, pois exigem mutações sociais e psíquicas que só podem provir da própria capacidade de mutação de indivíduos.

Ou seja, os gestores tanto das teorias como das empresas e outros empreendimentos dizem claramente que as sociedades do falso futuro que estamos construindo, estão já decididamente maculadas pelo desemprego. Não encontramos até agora no vocabulário utilizado pela UE o anúncio de operações exclusivamente destinadas a eliminar os desempregados, sabendo-se que os homens sem trabalho – que o termo desempregado desqualifica, pois na sua grande maioria os “desempregados” são, na verdade, “trabalhadores sem trabalho” – são por isso socialmente desqualificados. Se, na verdade, os projectos do futuro se caracterizam pela marginalização matemática de uma número constante e até crescente de homens, é evidente que esta Europa que aceita tais condições negativas, merece ser interrogada, para pormos a nu o seu esqueleto ideológico, que assenta na necessidade da exclusão. Ou seja, podemos e devemos analisar a Europa ainda em construção de um ângulo completamente diferente, de uma maneira a pôr a nu a parte feia da face. Como os actores, os responsáveis pela construção da Europa oferecem à objectiva do fotógrafo a parte do rosto que - mais impressiona e seduz, deixando na sombra a parte que acumula as mazelas, mas revela a medida do desequilíbrio psíquico.

É contudo evidente que a Europa que ainda não abandonou inteiramente a sua tradição rural ou sobretudo agrícola mais do que milenária, não sabe o que fazer dos homens e das mulheres que o fim da agricultura empurrou para novas actividades.

Devemos e podemos recorrer aos romancistas que se empenharam em descrever as geometrias dos espaços habitados e cultivados, acrescentando contudo a análise da maneira – combinando objectividade e subjectividade – como se articulam os sentimentos dos homens. Se, em 1962, Henri Mendras tinha anunciado *La fin des paysans*, mais recente Michel Serres salientava a importância revolucionária do fim da agricultura criada – a acreditarmos em Marshall Shalins – na nossa longínqua pré-história, como se o *homo sapiens* não pudesse deixar de a inventar. Tal não quer contudo dizer que o homem não continue a produzir, a cozinhar e a comer os produtos fornecidos pelo campo e pelos camponeses. Mas o sistema não é já o mesmo, o que, como mostram os romancistas, como o protestante André Chamson, confia à cidade e aos serviços, e porque não ao desemprego, os que ainda há horas, ainda há dias, estavam empenhados na cultura da terra tradicional, mesmo se recorrendo às máquinas e aos adubos químicos ou às sementes seleccionadas.

A leitura das transformações já realizadas e sobretudo aquelas que estão para chegar não pode permitir que a burocracia europeia se desinteresse do problema candente do trabalho, sobretudo quando sabemos que o nosso mecanismo social só reconhece aqueles que trabalham. A própria burguesia rendeira – aquela fracção que subsiste – deixou de se apresentar como tal : o trabalho faz parte da panóplia dos bons argumentos sociais. Ora a Europa, ou pelo menos os seus órgãos centrais, aceitam o desemprego, ou não trabalho, como uma situação normal, permitindo desta maneira a desqualificação social de milhares e milhares de pessoas. A maneira suficiente como os governos procuram gerir esta situação põe sobretudo em evidência não só a crueldade das instâncias políticas, mas o que podemos designar como sendo uma forma particularmente grave de alienação que

permite que um gestor político renuncie a definir a parte violenta ou imoral dos seus comportamentos. Como é que Mrs. Thatcher, a filha de um modesto merceiro, se pode mostrar tão impiedosamente agressiva com homens e mulheres que pretendiam – e que modesta tal pretensão! – manter o trabalho e o salário que lhe consentia, assim como as relações sociais que o desemprego condenava à dissolução.

Não falta quem propugne uma medida simples para liquidar o desemprego: basta que os trabalhadores se desloquem de um local onde não há trabalho, procurando-o naqueles onde existe. Não enuncio aqui uma qualquer *la pallissade*, pois lembro a receita mágica proposta pelo Prof. Raymond Barre quando era primeiro-ministro francês. O ilustre professor de economia não explicou contudo como fazer face à situação quando o desemprego estivesse tão generalizado que não houvesse zona onde ele não fosse a tónica corrente. Não tenho a menor admiração pelo Prof. Barre, mas sempre pensei que esta solução caricatural não devia ser muito maltratada, pois o ministro reconhecia de maneira evidente o carácter inaceitável do desemprego, propondo a solução que lhe parecia mais viável. Simplesmente o economista tinha esquecido uma lei fundamental, que os surrealistas franceses dos anos 20 tinham transformado em panaceia : a teoria dos vasos comunicantes. O desemprego obedece sempre à semelhante lei, razão pela qual manifesta na Europa uma evidente tendência para se generalizar e aumentar.

Esta situação permitiu a emergência de alguns dos estribilhos mais radicais da extrema-direita, que – na Áustria, na Holanda, na Bélgica, em França ou em Portugal- defende o mesmo princípio: o trabalho deve antes e acima de tudo ser reservado aos nacionais. Os imigrantes são antes de mais aqueles que “roubam” o trabalho a esses nacionais. Multiplicam-se por isso as medidas de controlo da

circulação dos homens, a maior parte dos quais expulsos dos seus países por condições económicas e sociais catastróficas, provocadas não poucas vezes pelas nações que depois recusam aceitar os trabalhadores que, ascendendo do Sul ou provindos de Leste, querem apenas uma actividade profissional que não só os insira na sociedade da norma – isto é, do trabalho –, mas lhes permita recuperar uma certa humanidade. Creio por isso que o pior castigo que a sociedade pode infligir aos homens, reside na recusa do trabalho, pois só ele permite que os homens sejam considerados realmente humanos. Como se, como ensina a Bíblia, já no “Génesis”, o homem só pudesse ser suscitado e explicado pelo trabalho. O facto de não se encontrar nos vários documentos europeus um projecto político à escala dos vinte e cinco capaz de permitir liquidar ou impedir o desemprego parece-me uma lacuna cada vez mais inevitável.

Ou seja, o vocabulário político e económico da Europa actual procura dissimular o fenómeno mais preocupante, na medida em que anula os esforços feitos pelas sociedades para impedir esta degradação social, que a etiqueta SDF oficializou. O próprio da Europa reside na preocupação crescente com a gestão do tandem político/económico, mas sem integrar no quadro das preocupações mais correntes e mais banalizadas o desemprego. Ora sabemos, graças aos psiquiatras e aos psicólogos, que o desemprego é um agente profundamente destabilizador dos indivíduos e, fatalmente, também das sociedades. Ou dito por outras palavras, se o desemprego dos europeus não for combatido e eliminado, é evidente que a Europa estará impedida de alcançar os seus objectivos : os custos humanos, cujo cálculo continua a ser impossível, serão demasiado elevados. E não se poderá repetir com as extremas-direitas europeias que os imigrantes “roubam” trabalho aos nacionais,

pois uma das condições – ainda por preencher – para que a União Europeia seja capaz de preencher o programa dos homens, reside na livre circulação: nem vistos, nem passaportes, nem as famosas “cartes de séjour “ ou as “green cards” .

Por outro lado, e creio que aqui reside um dos principais defeitos da couraça política da UE, verifica-se que o desemprego excita a extrema-direita, que não pode deixar de agredir os imigrantes, sobretudo os que provêm do Sul e cujos caracteres somáticos são não só mais fáceis de identificar, mas continuam a ser vítimas dos estereótipos negativos que a Europa acumulou, afinou e acirrou durante séculos. As manifestações das extremas-direitas não são simétricas das organizadas pelas extremas-esquerdas, qualquer que possa ser a simetria das operações. No caso que aqui nos interessa, verifica-se que as direitas provocam uma fusão entre direito ao trabalho e origem nacional, o que naturalmente elimina o suporte humano da operação. Os homens só podem ser coisas para o trabalho no caso de possuírem uma origem nacional atestada. Estamos longe do projecto político da Comuna francesa, que acreditava numa espécie de parentesco criado pelo trabalho. Na União Europeia regista-se a existência de aparelhos políticos que assentam no racismo anti-trabalhador imigrante, considerado não só um invasor, mas sobretudo um parasita perigoso, que a comunidade tem a obrigação de expulsar, adoptando para isso as medidas e utilizando os meios mais eficazes. Nos casos mais patológicos recorre-se à agressão física e até ao assassinato, embora nas circunstâncias mais normais – se assim se pode dizer – se mobilizam os partidos e os governos para adoptar as medidas de expulsão mais expeditas. Os *charters* organizados pelos governos europeus para devolver à sua origem os imigrantes, sobretudo do Sul, salientam a dimensão das fobias provocadas pelos simples candidatos ao trabalho.

A banalização destas teorias e destas intervenções das polícias e dos Estados não podem ser ignoradas ou menosprezadas, pois parece difícil aceitar a construção de uma União Europeia onde os homens estejam impedidos de se integrar nas condições normais de produção. E também não parece muito aceitável assistir à emergência de organizações partidárias cujo objectivo fundamental, se não for único, reside na eliminação do Outro, o não nacional, o estrangeiro, o maldito. A violência desta situação reforçou-se depois da destruição das torres gémeas de Nova Iorque em Setembro de 2001. Deve dizer-se que se agravou então a já considerável visibilidade do Islão entendido não como simples prática religiosa, mas também como suporte de opções culturais e políticas que se chocam com as religiões cristãs e com as escolhas culturais que elas engendraram durante séculos. O facto de alguns homens políticos pretenderem que na introdução à provável futura Constituição política europeia se faça menção da forte impregnação cristã da própria estrutura europeia, pode servir para provar a existência de um *lobbying* mobilizado e organizado pela Igreja católica, não tendo Roma – quer dizer o Vaticano – renunciado ao poder temporal que permite pesar de maneira decisiva nas escolhas das nações e dos Estados. De resto, tal impulso recristianizante – que esbarra com as opções do pensamento laico – sente-se reforçado pela violência utilizada pelo Islão, seja no discurso religioso, seja nas técnicas de combate. De um lado e de outro do Mediterrâneo afina-se cada vez mais o vocabulário da Cruzada.

A expansão do modelo capitalista – prevista já no século XVIII – criou uma espécie de dicotomia que a Europa não pode deixar de gerir, e que permite que a revolução da ciência, sem a qual não poderia haver revolução do capital, cabe essencialmente aos europeus, secundados pelos norte-americanos. Georges Steiner mostrou num dos seus ensaios mais

acutilantes que na distribuição actual das tarefas à escala universal – ou global, se assim o preferirem – se verifica um *deficit* norte – americano, que tem sido compensado pela imigração da massa cinzenta. Ou seja, se os americanos produzem capital e assentam a sua hegemonia nesse facto dourado, já no que se refere às invenções científicas e até artísticas dependem do fluxo que ano após anos transfere para os Estados Unidos amplas fracções da inteligência europeia.

O que se enuncia nestes dois parágrafos é a existência de uma guerra discreta, brutal e indispensável, na medida em que a própria evolução das sociedades capitalistas depende hoje da capacidade de “produzir ciência”: as patentes provêm precisamente dos laboratórios e das universidades, e são elas que permitem propor soluções inéditas, sempre mais eficazes. Digamos as coisas com alguma brutalidade: não há, nunca houve, Universidades nos campos e até para ensinar agronomia ou veterinária se recorre a instituições urbanas. Ou seja, como aprendemos já com Aristóteles regista-se a convergência, na cidade dos vectores que asseguraram a modernidade – e até a falácia da post-modernidade – e que salientam a relação íntima e constante entre capitalismo, conhecimento e globalização. Se nos lembrarmos que esta não se limita apenas a suscitar e alargar as relações comerciais, podemos dar-nos conta de que só pode haver globalização quando se regista o alargamento do conhecimento.

Estará a Europa em condições de fazer face a estas tarefas ou devemos dar mais alguns passos para possuímos condições de fazer face não só aos grandes países capitalistas já em cena, mas também aqueles que estão em via de emergir, empurrados entre o mais pela sua própria demografia: o continente asiático – tão nosso vizinho por via da Rússia e da Turquia – continua a manter-se fechado sobre si próprio, embora a simples

evocação dos fracassos das forças militares norte-americanas na Coreia do Norte e no Vietname – onde a França europeia também quebrou os dentes – serve neste caso – e sobretudo na nossa Europa que continua a depender das forças norte-americanas para certas tarefas de polícia internacional indispensáveis – para salientar o sentido da mudança que está a ser engendrada entre o Indico e o Pacífico.

Creio que o primeiro homem, o primeiro europeu, a dar-se conta do novo sentido da história foi certamente Fernão de Magalhães, que a nossa história sempre monárquica, continua a maltratar, com a notável excepção do Fernando Pessoa da *Mensagem*.

Fiel às regras da dissimulação caras a quantos trabalham na UE, sabemos pouco do que se está a elaborar no que se refere à organização do poder europeu quando se registar o alargamento, objectivo que fora visado pelos conspiradores que permitiram que uma comunidade limitada ao carvão e ao aço, se transformasse numa estrutura complexa da qual dependemos cada vez mais, mas que se mantém fiel ao sistema conspirativo, como se o poder só pudesse afirmar-se não na discricção, mas no mistério e na conspiração. Só as “ Memórias “ de alguns desses agentes do poder permitem a *posteriori* compreender o sentido de certas operações contudo decisivas. Situação que nos afasta do nó central dos problemas hoje inscritos na proposta de um “directório“ que entregaria o poder aos Estados demográfica e financeiramente poderosos, operação que faria dos pequenos de hoje, os anões definitivos de amanhã.

Quando consideramos mais de perto as operações que permitiram a criação do euro, moeda única, mas não moeda igualitária, verificamos que, longe de contribuir para uma redução das desigualdades, que continuam a ser um empecilho na organização das sociedades europeias, o euro

veio agravá-las, não havendo neste momento nenhum indicativo que nos permita pensar que esta moeda única, tão exaltada, venha a agir noutra sentido. Ou seja a UE pensa em termos abstractos e não em função dos homens.

Mas se o lançamento da moeda única tem sido contabilizado como um dos triunfos das instituições europeias, creio que estes laudatários esquecem a vertente crítica indispensável para evitar as manifestações de delírio satisfatório. O primeiro efeito do euro, que nenhum utilizador pode ignorar, foi o aumento geral dos preços, quer dizer da inflação. Podemos dizer isso de outra maneira: o euro reduziu a capacidade de compra dos europeus que adoptaram a moeda única. E se em países onde os rendimentos *per capita* são elevados, já o mesmo se não pode dizer dos países com baixos rendimentos, como se verifica em Portugal. Se, de momento, esta situação não provocou mais do que comentários entre irónicos e amargurados, nada nos garante que se não venha a registar entre os cidadãos assim espoliados, uma reacção mais brutal e mais adequada à agressão financeira vibrada pelos organismos reguladores europeus.

Tanto mais que outro dos efeitos da moeda única foi o de permitir comparações pondo em evidência o desequilíbrio dos rendimentos *per capita*: não só a Europa não propugna como objectivo profundo das suas opções, o estabelecimento de uma mítica igualdade do rendimento *per capita*, como ainda por cima cria condições que reforçam a desigualdade. Ora se a Europa renunciou ao mito da igualdade absoluta dos europeus, nem por isso pode repelir a necessidade de reduzir as desigualdades. Mas não encontramos nos vários projectos que nos dizem respeito, a mínima promessa que mereça tanto a nossa mobilização como a nossa adesão. Vale dizer que o euro moeda única não foi pensado em função dos europeus, mas antes para conseguir uma uniformização que dê mais poder às burocracias,

que nenhuma organização política nossa contemporânea pode evitar. E se, afinal, a moeda única não fosse assim tão necessária como se pretende? E se, com efeito, esta moeda única servisse sobretudo - ou apenas - para simplificar as tarefas da dominação burocrática, centralizadora?

Podemos em todo o caso esperar muito mais das intervenções do Banco Central, levando sempre em consideração que o primeiro objectivo de uma moeda única não pode ser simplesmente o de tornar mais fáceis as trocas, e de incentivar a actividade dos mercados e o enriquecimento dos accionistas. É sabido que a própria definição da globalização de Joseph E. Stiglitz salienta que, acima de tudo, a globalização tem como objectivo principal a “supressão dos entraves ao comércio livre e uma maior integração das economias nacionais”. Todavia o carácter reduzido deste objectivo obriga-nos a pôr em evidência a lacuna mais grave: faltam nestes projectos os homens e deve recear-se que a mera exacerbação do comercial e do financeiro traga como único resultado o descrédito de instituições e de responsáveis que se revelam incapazes de pensar a necessidade da mudança, pois o alcance da substituição das várias moedas por uma moeda única não pode deixar de ser limitado.

O paradoxo é terrível e visível: se registarmos a unificação quase conseguida da moeda, se podemos gabar-nos de ter assegurado uma circulação mais livre das mercadorias e até de alguns homens - os espaços que pareciam libertar-se estão cada vez mais restritivos e as duras regras do controlo estão em via de reformular as muralhas com que a Europa pretende defender-se das populações vindas de algures, que ainda há pouco se limitavam a ser do Sul, mas que já integram - em número crescente - os homens e as mulheres vindos de Leste. Ou seja, regista-se uma constante degradação do alcance eficaz destes projectos e da maior parte das medidas tomadas, situação que deriva acima de tudo da

inexistência das nacionalidades e dos homens nos alicerces desta Europa. O próprio enunciado liberal - ou neo-liberal -, de Stiglitz revela-se exemplar, pois se procura assegurar a livre circulação das mercadorias, já semelhante liberdade se não estende aos homens, cujas deslocações são meticulosamente inventariadas, de maneira a impedir que a fortaleza Europa possa ser “invadida” pelos famélicos da terra que, como ontem ou anteontem, continuam a ser manifestamente indesejáveis.

Teria por isso tendência para salientar o desfasamento entre as regras das burocracias e as necessidades dos homens : o simples facto de haver em todos os países da Europa milhares e milhares de desempregados, assim como milhares e milhares de SDF (sem domicílio fixo; adopto a sigla francesa por me parecer tão cómoda como precisa), serve para reforçar o que vinha dizendo no parágrafo anterior: o profundo descaso pela situação dos homens, uma vez que se aceita - lei enunciada pelos economistas - que não possa existir um futuro sem desempregados.

Talvez seja oportuno lembrar - ou relembrar - que os patriotas norte-americanos reunidos em Filadélfia, tinham como objectivo, ao eliminar a opressão colonial britânica, permitir a felicidade dos homens. Bem sei que nos dias de hoje ninguém pode, em público, perguntar simplesmente “és feliz”, pergunta considerada pirosa quando todos nós visamos esse objectivo. E, anos depois, Auguste Comte havia de enunciar a sua fórmula mágica: “ordem, progresso e amor”. Desgraçadamente os positivistas brasileiros inscreveram na bandeira da República os dois primeiros termos, mas recearam o terceiro. Talvez não seja disparatado associar a felicidade de Filadélfia e o amor de Paris, permitindo assim - e enfim - uma Europa onde os homens se libertem da sua própria negatividade.